1- Julgar irregulares as contas da Sra. CINTYA SILENE DE LIMA SIMÕES, CPF nº: 777.432.102-00, ex-Presidente do Instituto de Metrologia do Estado do Pará, no valor de R\$ 9.677.582,23 (nove milhões, seiscentos e setenta e sete mil, quinhentos e oitenta e dois reais e vinte e três centavos), sem devolução de valores e aplicar-lhe multa no montante de R\$ 3.061,38 (três mil e sessenta e um reais e trinta e oito centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido na Resolução nº 19.475/2023 - TCE/PA, pelas irregularidades apontadas;

2- Recomendar ao Instituto de Metrologia do Estado do Pará:

a) Proceda à fiscalização efetiva do cumprimento de todas as obrigações previstas no contrato de prestação de serviços e, especialmente, do cumprimento de toda a jornada de trabalho prevista para o pessoal terceirizado, estabelecendo mecanismos de controle do comparecimento do pessoal, fazendo constar das medições ou atestações que fundamentam os processos de pagamento os elementos informativos próprios da carga horária cumprida pela contratada;

b) Observe as disposições legais na realização de seus processos licitatórios e que atente para o atendimento das exigências estabelecidas em Termo de Referência;

c) Exija tempestivamente, quando couber, a efetiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART em suas contratações;

d) Empregue maior clareza na delimitação do objeto das suas contratações e aprimore o planejamento das licitações;

e) Observe as exigências contidas nos decretos estaduais referentes à celebração de contratos e aditivos;

f) Promova a integralidade da transparência ativa quanto aos contratos firmados, divulgando todas as informações dos documentos contratuais no portal do órgão;

g) Observe, na emissão dos documentos, se constam as devidas assinaturas e a identificação dos responsáveis, especialmente pelo fiscal do contrato nos boletins de medição;

h) Cumprir as decisões judiciais proferidas que impactam nos atos administrativos do órgão.

O valor supracitado deverá ser recolhido, no prazo de trinta (30) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este ACÓRDÃO constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 65.770

(Processo TC/011893/2022)

Assunto: Representação formulada pelo município de Irituia em face da ex-prefeita Carmelina de Nazaré Monteiro da Costa, em razão da suposta omissão do dever de prestar contas em relação aos recursos oriundos do Programa Estadual de Alimentação Escolar - PEA/PA, repassados ao ente público municipal para custeio da alimentação escolar dos alunos matriculados na rede pública estadual no ano letivo de 2020.

Advogado: Dr. CLÁUDIO RONALDO BARROS BORDALO – OAB/PA nº 8.601

Proposta de Decisão: Conselheira Substituta MILENE DIAS DA CUNHA
Formalizadora da Decisão: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA (Art. 191, §3º, do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão da relatora, com fundamento no art. 104, inciso II, da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, c/c o art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil, extinguir, sem resolução do mérito, por perda do objeto, considerando que restou sanada a irregularidade com a apresentação, ainda que de forma intempestiva, da prestação de contas dos recursos transferidos pelo PEA.

ACÓRDÃO Nº. 65.771

(Processo TC/521678/2020)

Assunto: Representação formulada pela empresa FLORART PAISAGISMO LTDA em face da Secretaria de Estado de Cultura do Pará, cujo objeto é a suspensão dos atos necessários para a contratação decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO nº 07/2020 – SECULT.

Proposta de Decisão: Conselheira Substituta MILENE DIAS DA CUNHA
Formalizadora da Decisão: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR (§ 3º do art. 191 do RITCE/PA)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão da relatora, com fundamento no art. 1º, inc. XVII, da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012;

1) Conhecer e julgar parcialmente procedente a Representação, reconhecendo a irregularidade da habilitação da empresa Cactos Serviços Gerais EIRELI durante a aferição da qualificação técnica das licitantes, realizada no curso do pregão eletrônico nº 07/2020 - SECULT, por violação ao disposto nos artigos 29, inciso II e 30, inciso II, todos da Lei nº 8.666/93, além da inobservância às regras contidas nos itens 6.1. e 11.11.1. do edital de licitação;

2) Julgar improcedente o pedido de responsabilização dos agentes da comissão de licitação da SECULT e/ou de determinação de abertura de sindicância pela unidade representada;

3) Determinar à SECULT que, nos procedimentos licitatórios futuros, sejam identificados, ainda na fase interna da licitação, as parcelas do objeto que possuem aspectos mais complexos e características que os tornam diferenciados, devendo, nesse particular, ser exigida das licitantes a demonstração de aptidão técnica por meio da comprovação de experiências anteriores na execução de obras e serviços com característica semelhantes ao objeto licitado, inadmitindo-se, assim, a apresentação de atestados que

comprovam a mera gestão de mão de obra em serviços diversos, tudo nos termos do que orienta a Súmula 263 do TCU; e

4) Determinar a juntada dessa decisão no processo de prestação de contas da SECULT, relativa ao exercício de 2020, conforme sugerido pela unidade técnica.

ACÓRDÃO Nº. 65.772

(Processo TC/519722/2018)

Assunto: Tomada de Contas Especial instaurada pela SEDUC.

Responsável: Verônica Lima Carneiro MOREIRA.

Advogado: Dr. Carlos dos Santos SOUSA Junior (OAB/PA nº 31.249)

Proposta de Decisão: Conselheira Substituta MILENE DIAS DA CUNHA

Formalizadora da Decisão: Conselheiro LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA (§ 3º do art. 191 do Regimento)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da Proposta de Decisão da Relatora, com fundamento no art. 56, inciso III, alíneas "b" e "d", c/c o art. 62 e parágrafo único do art. 82 e no art. 83, inciso II da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012:

1) Julgar irregulares as contas e condenar a sra. Verônica Lima Carneiro MOREIRA, ex-servidora da SEDUC, CPF nº 477.286.122-04, à devolução aos cofres públicos estaduais da importância de R\$80.161,22 (oitenta mil, cento e sessenta e um reais e vinte e dois centavos), devidamente atualizado até a data de seu efetivo recolhimento, perfazendo o total corrigido, até a data deste julgamento, de R\$228.836,83 (duzentos e vinte e oito mil, oitocentos e trinta e seis reais e oitenta e três centavos);

2) Aplicar-lhe a multa de R\$1.224,55 (mil duzentos e vinte e quatro reais e cinquenta e cinco centavos) pela grave infração à norma legal ou regulamentar.

Os valores supracitados deverão ser recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, obedecendo para pagamento das multas aplicadas o disposto na Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV e 3º da Resolução TCE nº 17.492/2008.

Este ACÓRDÃO constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado e da cominação de multa, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 65.773

(Processo TC/511280/2020)

Assunto: Representação formulada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ com pedido de Medida Cautelar em face da Secretaria de Estado de Saúde Pública, noticiando supostas irregularidades na aquisição, por dispensa de licitação, de comprimidos Azitromicina 500mg, utilizados para o tratamento medicamentoso de pacientes com diagnóstico da COVID-19.

Proposta de Decisão: Conselheira Substituta MILENE DIAS DA CUNHA
Formalizadora da Decisão: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR (§ 3º do art. 191 do RITCE/PA)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão da relatora, com fundamento no art. 1º, inc. XVII, da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012;

1) Conhecer e julgar procedente a presente representação;

2) Aplicar ao Sr. RÔMULO RODOVALHO GOMES (CPF: 825.101.051-91), multa, no valor de R\$ 3.061,38 (três mil sessenta e um reais e oito centavos), em razão do descumprimento à decisão deste Tribunal, com fulcro nos arts. 81, inciso I e 83, inciso VIII da LOTCE/PA; e

3) Converter a presente Representação em Tomada de Contas Especial em relação aos atos praticados nos processos de contratação em comento, diante dos indícios de prejuízo ao erário, com a citação de todos os possíveis responsáveis, bem como das empresas fornecedoras beneficiadas.

ACÓRDÃO Nº. 65.774

(Processo TC/520442/2017)

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio SESPA nº 016/2014.
Responsável/Interessado: ANTÔNIO OZAIR NUNES DOS SANTOS e GRUPO PARA VALORIZAÇÃO INTEGRAÇÃO E DIGNIFICAÇÃO DO DOENTE DE AIDS.

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto EDVALDO FERNANDES DE SOUZA.
Formalizadora da Decisão: Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA (§ 3º do art. 191 do Regimento Interno).

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do relator, com fundamento no art. 11 da Resolução nº 19.503-TCE/PA, de 19/05/2023, extinguir o processo referente às contas de responsabilidade do Sr. ANTÔNIO OZAIR NUNES DOS SANTOS, presidente à época do Grupo Para Valorização Integração e Dignificação do Doente de Aids, em razão da incidência da prescrição intercorrente das pretensões punitivas e ressarcitória, com o consequente arquivamento dos autos.

RESOLUÇÃO Nº. 19.548

(Processo TC/511382/2015)

Assunto: Pedido de Medida Cautelar Incidental, formulada pelo Sr. Adamar Aires de Oliveira, Prefeito do Município de Santa Luzia do Pará, o qual alega que está impossibilitado de receber transferências voluntárias do Estado em virtude de alegados vícios decorrentes da Prestação de Contas do Convênio nº. 153/2014.

Advogados: JOÃO EUDES DE CARVALHO NERI - OAB/PA nº 11.183

INGRID DAS NEVES MOREIRA - OAB/PA nº 30.050

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto DANIEL MELLO.

Formalizadora da Decisão: Conselheiro ODILON INÁCIO TEIXEIRA (§ 3º do art. 191 do RITCE/PA)

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da Proposta de Decisão do Relator, com fundamento no art. 88, incisos I, c/c o art. 89, inciso III, da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, deferir a medida cautelar, para determinar